

Ética no Serviço Público - Turma 2024A

1.3 Ética e moral

Não podemos falar de ética sem falar de moral, pois ambas estão interligadas na vida do ser humano. A palavra moral tem origem no latim *morus* significando usos e costumes. Moral é o conjunto das normas para o agir específico ou concreto. Estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver.

Segundo Vázquez (2005), se por moral entendemos um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social, o seu significado, função e validade não podem deixar de variar historicamente nas diferentes sociedades.

A moral é um fato histórico e, por conseguinte, a ética, como ciência da moral, não pode concebê-la como dada de uma vez para sempre, mas tem de considerá-la como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo. Deste modo, a moral é histórica, precisamente porque é um modo de comportar-se de um ser — o homem — que por natureza é histórico, isto é, um ser cuja característica é a de estar-se fazendo ou se autoproduzindo constantemente, tanto no plano de sua existência material, prática, como no de sua vida espiritual, incluída nesta a moral. (VÁSQUEZ, 2005)

A moral independe das fronteiras geográficas, garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum. No nosso dia a dia não fazemos distinção entre ética e moral, usamos as duas palavras como sinônimas. Mas os estudiosos da questão fazem uma distinção entre as duas palavras.

Assim, a moral é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social. A moral e a ética não devem ser confundidos: enquanto a moral é normativa, a ética é teórica, e busca explicar e justificar os costumes de uma determinada sociedade, bem como fornecer subsídios para a solução de seus dilemas mais comuns. Porém, deve-se deixar claro que etimologicamente “ética” e “moral” são expressões sinônimas, sendo a primeira de origem grega, enquanto a segunda é sua tradução para o latim.

A ética também não deve ser confundida com a lei, embora com certa frequência a lei tenha como base princípios éticos. Ao contrário do que ocorre com a lei, nenhum indivíduo pode ser compelido, pelo Estado ou por outros indivíduos, a cumprir as normas éticas, nem sofrer qualquer sanção pela desobediência a estas. Por outro lado, a lei pode ser omissa quanto a questões abrangidas no escopo da ética.

Modernamente, a maioria das profissões possui o seu próprio código de ética profissional, que é um conjunto de normas de cumprimento obrigatório, derivados da ética, frequentemente incorporados à lei pública. Nesses casos, os princípios éticos passam a ter força de lei; nota-se que, mesmo nos casos em que esses códigos não estão incorporados à lei, seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamento nos quais se discutam fatos relativos à conduta profissional. Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, como censura pública e suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.

Será que podemos dizer que o termo moral significa tudo o que se submete a todo valor no qual devem predominar na conduta do ser humano as tendências mais convenientes ao desenvolvimento da vida individual e social, cujas aptidões constituem o chamado sentido moral dos indivíduos?

“Nenhum homem é uma ilha”. Esta famosa frase do filósofo inglês Thomas Morus, ajuda-nos a compreender que a vida humana é convívio. Para o ser humano viver é conviver. É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se descobre e se realiza enquanto um ser moral e ético. É na relação com o outro que surgem os problemas e as indagações morais: o que devo fazer? Como agir em determinada situação?

Como comportar-me perante o outro? Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Constantemente no nosso cotidiano nos defrontamos com problemas morais. São problemas práticos e concretos da nossa vida em sociedade, ou seja, problemas que dizem respeito às nossas decisões, escolhas, ações e comportamentos - os quais exigem uma avaliação, um julgamento, um juízo de valor entre o que socialmente é considerado bom ou mal, justo ou injusto, certo ou errado pela moral vigente.

O problema é que não costumamos refletir e buscar os “porquês” de nossas escolhas, dos comportamentos, dos valores. Agimos por força do hábito, dos costumes e da tradição, tendendo a naturalizar a realidade social, política, econômica e cultural. Com isto, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade. Em outras palavras, não costumamos praticar a ética, pois não fazemos à crítica, nem buscamos compreender e explicitar a nossa realidade moral.

Exemplo de falta de ética e moral: a fila do INSS, onde idosos e pessoas muitas vezes sem a menor condição de saúde, permanecem por horas de pé, à espera de um atendimento digno e de direito como cidadãos e seres humanos. Temos aqui a falta de Ética e Moral por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social. Temos ainda a nossa acomodação como cidadãos com pleno direito de reivindicação pelo pronto atendimento de um órgão que não está exercendo suas atribuições legais.

No Brasil, encontramos vários exemplos para o que foi afirmado acima. A sociedade brasileira é historicamente marcada pelas injustiças socioeconômicas, pelo preconceito racial e sexual, pela exploração da mão de obra infantil, pelo “jeitinho brasileiro”, pela “lei de Gerson”, etc. Tal realidade nos coloca diante de problemas éticos bastante sérios. Contudo, já estamos por demais acostumados com nossas misérias de toda ordem.

Que tal refletirmos sobre o seu, o meu e o nosso comodismo?

Naturalizamos a injustiça e consideramos normal conviver lado a lado as mansões e os barracos; as crianças e os mendigos nas ruas; acha inteligente e esperto levar vantagem em tudo, tendemos a considerar como sendo otário quem procura ser honesto.

Na vida pública, exemplos não faltam na nossa história recente: anões do orçamento, impeachment de presidente por corrupção, compra de parlamentares para a reeleição e apoio ao governo, compra de ambulâncias superfaturadas, caixa dois de campanhas eleitorais, máfia do crime organizado, desvio do dinheiro público, etc.

A cobrança do imposto CPMF foi legal e moral? Cumpru o objetivo declarado originalmente para sua existência, que foi de arrecadar fundos para investir na saúde?

Referência:

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Este material foi baseado em:

ROCHA, Kátia Janine. **Ética no Setor Público**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná/Rede e-Tec, 2010.

Última atualização: sexta, 3 nov 2023, 09:17

◀ 1.2 Estudo da Ética

Seguir para...

1.4 Ética e valor ▶